



# Investimento público em queda



**Manuel Reis Campos**  
Presidente da CPCI  
– Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário

Portugal vive hoje uma conjuntura económica mais favorável, fruto do investimento privado, nacional e estrangeiro, e, em grande medida em resultado do contributo do Setor da Construção e do Imobiliário, a exemplo do que se passa na generalidade das economias europeias. Porém, esta é uma realidade fortemente influenciada pela conjugação de fatores conjunturais, cuja manutenção pode conhecer alterações a todo o momento. A pouca ou nenhuma atratividade por parte dos produtos oferecidos pela Banca, assim como o bom momento do País ao nível do turismo e o interesse no imobiliário num contexto de baixas taxas de juro, são bons exemplos das condições que têm contribuído para a manutenção dos níveis de atividade do setor, mas que devem ser potenciados e, sobretudo, estabilizados. E, para isso, o papel do investimento público é fundamental.

Depois de termos assistido, em 2016 e 2017, a uma recuperação perante níveis de investimento público que já não eram vistos há mais de três décadas, o ano de 2018 não está a corresponder às expectativas. A verdade é que, no final do terceiro trimestre do ano, os concursos de empreitadas de obras públicas promovidas está a cair 26% em termos homólogos e os contratos celebrados recuam 5%.

Neste âmbito, as grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2019, têm de dar um contributo efetivo para inverter esta realidade. Está em causa a evidente necessidade de assegurar resposta às carências imediatas do País em matéria de modernização e conservação de infraestruturas, equipamentos e serviços essenciais, como

Hospitais, manutenção de rodovias e ferrovias e prevenção de riscos naturais. De igual modo, estamos perante a necessidade de concretização de investimentos identificados como prioritários e aos quais é necessário dar uma resposta efetiva.

É o caso do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas para o horizonte 2014-2020, que foi iniciado pelo anterior Governo e reconhecido pelo atual, e que calendarizou um conjunto importante de investimentos nos setores ferroviário, marítimo-portuário, rodoviário e aeroportuário-logístico, bem como nos transportes públicos de passageiros, cuja premência é amplamente reconhecida por toda a sociedade portuguesa. Recordo que se o planeamento tivesse sido cumprido, dos 50 projetos anunciados, no final deste ano, 38 já estariam concluídos.

Trata-se de investimento que o Estado deve assegurar e que alavanca muito do investimento privado realizado, para além de proporcionar benefícios às famílias e às empresas, que se traduzem no aumento do bem-estar das populações e da produtividade do tecido empresarial. O País não pode avançar, deixando cair estes vetores prioritários.

Os números do terceiro trimestre já não podem ser apagados, mas ainda podem ser corrigidos e há défices, como é o caso do défice do investimento público, que são incomportáveis. Há que assegurar um patamar mínimo, que nos permita aproximar das metas europeias, correspondendo às necessidades de crescimento sustentado do País e é por isso que, Portugal não pode manter o investimento público a níveis de 1975.